



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO - DLOG
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL

TERMO DE REFERÊNCIA
Sistema de Registro de Preços
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)
POLÍCIA FEDERAL
PREGÃO SRP Nº /2016

(Processo Administrativo n.º)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de coletes balísticos masculinos para uso policial nível III-A (painéis balísticos, capas táticas modulares com padrão internacional modular “*MOLLE System*” juntamente com seus respectivos acessórios e bolsa de transporte) e placas balísticas nível III (ou superior), “*stand alone*”, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas elencadas neste documento:

GRUPOS	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
1	1	Colete balístico masculino nível III-A Tamanho PP		Unid.	50	550	550	1.327,39
	2	Colete balístico masculino nível III-A Tamanho P			300	3.300	3.300	1.424,27
	3	Colete balístico masculino nível III-A Tamanho M			500	5.500	5.500	1.524,46
	4	Colete balístico masculino nível III-A Tamanho G			100	1.100	1.100	1.631,25
	5	Colete balístico masculino nível III-A Tamanho GG			50	550	550	1.745,74
2	1	Conjunto de Placas Balísticas (Frontal e Dorsal) “stand alone” nível III (ou superior)		Unid.	175	1.750	1.750	4.000,00

1.2. Não foi prevista cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme premissa estabelecida no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterado pela Lei Complementar nº 147, de 2014, visto que não existem três fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO – DLOG
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL

instrumento convocatório, como previsto no art. 49, II, da referida Lei Complementar c/c art. 10, I, do Decreto nº 8.538, de 2015;

1.3. A empresa fornecedora deverá cumprir todas as exigências legais, em especial o Decreto n.º 3.665, de 20 de novembro de 2000 (R-105), a Portaria n.º 18 – D Log, de 19 de dezembro de 2006 e a Norma “NIJ” Standard 0101.04 Revisão A de 2001, do Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos da América, também adotada no Brasil;

1.4. Estimativas de consumo individualizadas do Órgão Gerenciador e Órgão (s) e Entidade (s) Participante (s):

Órgão Gerenciador						
Item	Descrição/ Especificação	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Cronograma	Quantidade Total

Órgão ou Entidade Participante							
Item	Descrição/ Especificação	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Cronograma de Contratação	Quantidade Total	Local de Entrega

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição das placas e coletes masculinos acima elencados atenderá as necessidades dos policiais federais em todo o Brasil, dado o iminente vencimento das atuais mantas e placas balísticas (vencimento ao longo do ano de 2017);

2.2. O objetivo da compra dos painéis balísticos com suas respectivas capas táticas e bolsas de transporte é equipar todo o contingente dos policiais federais (aproximadamente 10.250 policiais) mais uma reserva de contingência para os grupos especiais;

2.3. O quantitativo total estimado de placas balísticas a serem adquiridas (1.750 conjuntos frontal e dorsal) é baseado no número atual em poder da Polícia Federal, além de uma reserva de contingência para os grupos especiais;

2.4. Com o objetivo de proporcionar maior conforto e eficiência na utilização da proteção balística em tela, optou-se pelo colete tático modular, por possibilitar sua configuração de uso (inserção ou retirada de acessórios, bem como disposição dos mesmos no colete balístico)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO - DLOG
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL

conforme a especificidade que cada missão requer (adaptabilidade do equipamento à função que será executada pelo policial, ao cenário operacional vivenciado e ao tipo de armamento utilizado).

2.5. No Brasil, a regulamentação do uso de coletes balísticos cabe ao Exército, o qual segue a padronização estabelecida pelo Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos (NIJ), adotando seis níveis de proteção dos coletes (I, II-A, II, III-A, III e IV);

2.6. Após estudos realizados pela área técnica da Polícia Federal chegou-se ao nível de proteção III-A como que mais se adequa às necessidades da instituição, fornecendo ao policial proteção contra disparos das armas curtas mais potentes e velozes (9mm e .44 Magnum), ameaças estas que poderá enfrentar no seu dia a dia. O nível III-A não possui uma diferença considerável quanto ao peso, conforto e usabilidade em relação ao modelo atualmente empregado (nível II);

2.7. Os coletes nível III-A são recomendados e mais adequados para operações de rotina onde a identificação dos policiais faz-se importante, como fiscalizações em áreas de risco, deflagrações de operações, barreiras, escolta de presos, etc.

2.8. Assim, deve-se buscar a exata medida entre adquirir um produto que não impeça a mobilidade e seja confortável a ponto dos policiais o utilizarem em todas as suas tarefas de risco, mantendo-os protegidos da maneira mais eficaz possível;

2.9. As últimas apreensões de armamentos e munições em poder dos criminosos indicaram um aumento do seu poder de fogo. Por essa razão a especificação das placas balísticas exigirá, no mínimo, o nível III (NIJ 0101.04);

2.10. As placas balísticas de nível III (ou superior) são comercializadas no mercado e homologadas pelo Exército Brasileiro de duas formas: uma delas é sua homologação e comercialização em conjunto com os painéis balísticos nível III-A. Essas placas não têm efetividade comprovada quando usadas em separado dos painéis balísticos desse nível, portanto não protegerão seus usuários quando usadas sozinhas ou em conjunto com outro painel balístico diferente do qual fora homologado;

2.11. A outra forma de comercialização e homologação são as placas balísticas “*stand-alone*”. Elas efetivamente funcionam sem que precisem estar em conjunto com o painel balístico nível III-A, ou seja, podem ser usadas sozinhas ou em conjunto com qualquer outro painel balístico seja qual for o nível de proteção. Neste sentido, considerando as atribuições específicas da Polícia Federal, as placas poderão ser usadas em conjunto ou separadamente dos coletes balísticos justificando a opção pelas placas “*stand-alone*”;

2.12. A aquisição de coletes balísticos, objetos deste Termo de Referência, tem amparo legal no Decreto nº. 3.555, de 08.08.2000 e no Decreto nº. 5.450, de 31.05.2005, e suas alterações e, subsidiariamente, nas normas da Lei nº. 8.666, de 21.06.1993.

2.13. Todos os modelos de colete ofertados devem possuir ReTEX (Relatório Técnico Experimental) em conformidade com os requisitos avaliados pelo Exército brasileiro, RAT (Relatório de Avaliação Técnica) emitido por ele homologando o ReTEX, bem como seu respectivo apostilamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO – DLOG
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos classificam-se como bens comuns, de acordo com a Lei 10.520/02, em seu artigo 1º, parágrafo único.

4. DOS CUSTOS ESTIMADOS

4.1. A estimativa dos valores da compra dos bens objetos deste Termo de Referência está fundamentada em pesquisa junto à tabela dos fabricantes que responderam afirmativamente ao fornecimento de painéis balísticos masculinos, nível de proteção III-A, capas externas operacionais com suas respectivas capas de transporte e armazenamento e placas balísticas “stand alone” com nível de proteção III, de acordo com as especificações constantes neste documento.

4.2. O valor total estimado para esta contratação é de **R\$ 23.570.317,50 (vinte e três milhões, quinhentos e setenta mil, trezentos e dezessete reais e cinquenta centavos)**.

5. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

5.1. Antes de homologada a vencedora, a empresa que estiver em primeiro lugar no processo licitatório deverá fornecer:

5.1.1. Relatório de Avaliação Técnica (RAT), Relatório Técnico Experimental do Produto (RETEX) além do documento de Apostilamento emitidos pelo Exército Brasileiro referentes aos produtos ofertados;

5.1.2. Declaração de fornecimento de material com a quantidade de materiais utilizados na fabricação das placas e painéis balísticos por Empresa fornecedora;

5.1.3. Laudos de ensaio têxtil das capas táticas expedidos por laboratório acreditado pelo INMETRO comprovando que foram atendidas as especificações deste Termo de Referência;

5.1.4. Amostras de coletes novos (Capa, Pannel e Placa) devidamente embalados com a etiqueta original, de cada tamanho solicitado (PP, P, M e G e GG), não sendo contabilizados como parte da compra, para fins de testes a serem realizados por comissão de avaliação designada pela Diretoria de Administração e Logística Policial (DLOG).

5.2. A empresa realizará ensaios balísticos nas amostras em Laboratório a ser informado pela Polícia Federal, em dia e horário a ser agendado pela Instituição e serão acompanhados por Membros da Comissão de Avaliação;

5.3. A comissão citada no item 5.2 será indicada pela Polícia Federal e emitirá documento aprovando ou não as amostras, em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado por necessidade da Administração;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO - DLOG
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL

- 5.4.** A comissão poderá efetuar qualquer tipo de procedimento (cortar, desmanchar, etc.) nas amostras, mesmo que isso cause inutilização das mesmas;
- 5.5.** Os ensaios serão obrigatórios para a comprovação do especificado e serão as expensas da empresa licitante;
- 5.6.** As amostras e demais documentos exigidos, incluindo prospectos com a respectiva especificação técnica, deverão ser entregues à Comissão de Licitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da solicitação pelo pregoeiro;
- 5.7.** As amostras deverão ser apresentadas no endereço do Edifício Sede da Polícia Federal, situado à SAS Quadra 06, Lotes 09/10 - Brasília-DF, CEP: 70037-900, fone: 61 2024-8482, na sala da DPC/CPLAM/DLOG/DPF, em dia de expediente, no horário compreendido entre 09:00 e 17:00 horas.
- 5.8.** As amostras apresentadas para efeito de análise deverão estar devidamente identificadas com o nome da empresa, número do processo, do pregão eletrônico, do item, acompanhadas dos prospectos com as respectivas especificações técnicas. Os prospectos não substituem os produtos, e, em caso de divergência entre os produtos e os respectivos prospectos, valerão para fins de análise, os primeiros.
- 5.9.** A licitante que não encaminhar as amostras no prazo estabelecido, ou ainda não atender às especificações previstas neste Termo de Referência, será automaticamente desclassificada, sendo convocada a proposta subsequente;
- 5.10.** O órgão licitante poderá realizar diligências que julgar necessárias caso haja qualquer dúvida sobre a procedência e a qualidade dos materiais;
- 5.11.** Em casos excepcionais e devidamente fundamentados, os prazos constantes dos itens 5.5 poderão ser prorrogados, por mais 10 (dez) dias úteis;
- 5.12.** O Resultado de aceitação ou recusa das amostras será divulgado, eletronicamente, no "chat" do Sistema Comprasnet;
- 5.13.** Caso as amostras sejam rejeitadas, a proposta da empresa será desclassificada e convocada a proposta da empresa subsequente, para que a apresente e assim sucessivamente;
- 5.14.** As amostras não fazem parte das que serão adquiridas e não serão devolvidas nem indenizadas, caso sejam destruídas ou inutilizadas em testes;
- 5.15.** Após aprovação das amostras e parecer favorável ao recebimento dos materiais, o respectivo item poderá ser adjudicado.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1.** Antes da entrega, a critério da Administração, pessoa ou comissão, com responsabilidades de recebimento e fiscalização e atribuições de âmbito nacional, a ser nomeada pelo Diretor de Logística e Administração da Polícia Federal, poderá realizar visita à



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO – DLOG
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL

fábrica da empresa fornecedora, recolhendo aleatoriamente 01 (uma) unidade de cada tamanho dos coletes balísticos descritos neste Termo.

6.2. A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos materiais especificados, em até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias corridos, desde que justificado;

6.3. A empresa que não cumprir o prazo estipulado sofrerá as sanções previstas na Lei 8666/93 e no Edital;

6.4. A entrega deverá ser feita pela Contratada e sob sua total responsabilidade em dia de expediente, no horário compreendido entre 09:00 e 17:00 horas ao Chefe do SEAL- Setor de Almoxarifado do Departamento de Polícia Federal ou seu substituto, no SAI Quadra 07, Lote 23, SPS- Setor Policial Sul, Brasília-DF, CEP: 71737-000, telefone: (61) 2024-9256/9258;

6.5. A cada lote ou fração adquiridas, a empresa vencedora se incumbe de fornecer duas unidades a mais para comparação com as amostras cedidas na fase de habilitação. Estas unidades a mais serão patrimoniadas como as demais, e serão extraídas aleatoriamente para testes de comprovação das propriedades balísticas explicitadas nas especificações deste documento;

6.6. As numerações de tamanho dos coletes podem ser alteradas no ato do pedido, conforme necessidade da unidade solicitante;

6.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório;

6.8. No ato da entrega, a empresa deverá entregar também um documento com a descrição de todo o material e quantidade que está sendo apresentado. Nesse mesmo documento a empresa deverá pegar recibo com nome, matrícula no DPF e assinatura de um dos servidores descritos no item 6.4. Este recibo deverá ser entregue ao fiscal do contrato ou ser escaneado e enviado para o seu e-mail;

6.9. À medida que os recibos forem entregues ao fiscal do contrato, caso o tipo do empenho e o modelo de faturamento da empresa permitam, ele autorizará o pagamento paulatinamente;

6.10. O fiscal do contrato e seu respectivo substituto serão nomeados pelo Diretor de Logística ou pessoa outorgada para tanto;

6.11. Os dados do fiscal do contrato e seu substituto, bem como os endereços de seus respectivos locais de trabalho, telefones e e-mails, serão informados no contrato de modo que a empresa deverá tratar com ele(s) sobre todos os atos para a boa execução do contrato, inclusive seu pagamento;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO - DLOG
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL

- 6.12.** O(s) documento(s) de despesa deverá (ão) ser entregue (s) ao fiscal do contrato, ou seu substituto, que irá atestá-lo(s) quando comprovada a fiel e correta entrega dos materiais e os encaminhará para a unidade competente para o pagamento;
- 6.13.** Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, estar devidamente embalados e acompanhados da respectiva Nota Fiscal;
- 6.14.** Em caso de materiais entregues em desconformidade com o especificado, ou com defeito, a empresa fornecedora deverá substituí-los, em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da sua comunicação, correndo às suas expensas quaisquer custas advindas da substituição;
- 6.15.** A entrega dos materiais será fiscalizada, secundariamente, por pessoa ou comissão, com responsabilidades e atribuições de âmbito nacional, a ser nomeada pelo Diretor de Logística e Administração da Polícia Federal. Dentre suas atribuições estará a de representar a Polícia Federal junto à Contratada;
- 6.16.** A presença da fiscalização de representante da Polícia Federal não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada;
- 6.17.** Caberá ao fiscal do contrato ou seu substituto rejeitar totalmente ou em parte, qualquer produto que não esteja de acordo com as exigências, bem como determinar prazo para substituição do material eventualmente fora de especificação, com defeito de fabricação ou vício de funcionamento;
- 6.18.** O material deve ser entregue lacrado, em sua embalagem original, contendo marca, fabricante, procedência e prazo de validade;
- 6.19.** Todos os materiais cujas embalagens apresentarem violação de qualquer espécie deverão ser substituídos pelo fornecedor, ainda na fase de inspeção de recebimento, durante o recebimento provisório, no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos.
- 6.20.** A licitante vencedora obriga-se a entregar o material, a que se refere este Termo de Referência, de acordo estritamente com as especificações mínimas descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do objeto, no todo ou em parte, em que for constatado, pela Administração, não estar em conformidade com as referidas especificações.

7. DA GARANTIA E VALIDADE DOS EQUIPAMENTOS

- 7.1.** A garantia dos materiais das capas táticas contra qualquer defeito de fabricação será de acordo com a proposta do fornecedor, não podendo ser inferior a 01 (um) ano, contado da data do recebimento definitivo;
- 7.2.** A garantia dos materiais com relação à validade do material balístico (vida útil) utilizado na confecção dos painéis balísticos do colete (ITEM 1 deste Termo) não poderá ser inferior a 06 (seis) anos e das placas balísticas (ITEM 3) não inferior a 06 (seis) anos, contados da data de fabricação dos mesmos, data esta que deverá ser de no máximo 03 (três) meses anterior à assinatura do contrato;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO – DLOG
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL

7.3. Entende-se por garantia, para os fins a que se destina este termo de referência, aquela destinada a remover vícios ou quaisquer defeitos de fabricação apresentados pelos produtos, compreendendo substituições, reparos e demais correções necessárias;

7.4. Os prazos para solução dos vícios apresentados nos materiais, mencionados neste termo de referência, deverão ter início a partir da data do recebimento, sem ônus adicional para a Contratante;

7.5. Anualmente, durante o prazo de garantia, serão retiradas aleatoriamente 02 (duas) unidades dos coletes e placas adquiridos, para realização de testes balísticos visando conferir o nível de proteção. Estas unidades, que serão inutilizadas após os testes, deverão ser repostas pelo Contratado, sem ônus para a Contratante;

7.6. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para o Contratante, o fornecedor, por intermédio de sua matriz, filiais, escritórios ou representantes técnicos autorizados, obrigará-se a:

7.6.1. Prestar atendimento às solicitações do Contratante, dentro de um prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do momento da chamada, que poderá ser efetuada em dias úteis, entre 09:00 e 18:00 horas;

7.6.2. Substituir quaisquer peças ou componentes defeituosos;

7.6.3. Corrigir defeitos de fabricação;

7.6.4. Trocar o equipamento, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar da data de comunicação pela Contratante, caso eventuais correções ou substituições de peças defeituosas não sanarem o problema.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO - DLOG
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;

9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.1.7. Colocar à disposição da Polícia Federal os meios necessários à comprovação da qualidade dos materiais, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito no Anexo I – Relatório contendo as especificações técnicas dos bens a serem adquiridos.

9.1.8. Manter sigilo de todas as informações referentes a este Termo de Referência, sob pena de rescisão contratual;

9.1.9. Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca do objeto adquirido pela contratante sem prévia autorização;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO – DLOG
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL

9.1.10. A empresa fornecedora, caso seja de interesse da CONTRATANTE em momento oportuno, ficará obrigada a receber todos os coletes advindos do fornecimento do contrato e oferecer a destinação adequada à matéria prima composta no objeto cuja validade para proteção balística já se encontrar vencida;

9.1.11. Quando o equipamento recebido se tornar inservível e no interesse da CONTRATANTE, a empresa ao ser informada deverá efetuar sua destruição de acordo com a Portaria nº 18/2006 do Ministério da Defesa, como forma de minimizar o impacto negativo ambiental por ocasião de seu descarte no meio ambiente e fornecer um laudo de destruição e destinação dos materiais.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO - DLOG
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 13.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3.** Fraudar na execução do contrato;
- 13.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.5.** Cometer fraude fiscal;
- 13.1.6.** Não manter a proposta.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 13.2.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 13.2.2.** Multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 13.2.3.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 13.2.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 13.2.5.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 13.2.6.** Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 13.2.7.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

- 13.3.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO - DLOG
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL

13.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília, de julho de 2016.

RENATO ROSENBLUTH
Agente de Polícia Federal
SECOL/DPC/CPLAM/DLOG

ALISSON RODRIGO DE MEDEIROS
Agente de Polícia Federal
Chefe do SECOL/DPC/CPLAM

ALEXANDRE RABELO PATURY
Delegado de Polícia Federal
Chefe da DPC/CPLAM
Classe Especial - Mat. 14.771



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO - DLOG
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL

De Acordo,

ROBERVAL RÉ VICALVI
Delegado de Polícia Federal
Coordenador-Geral da CPLAM/DLOG/DPF
Classe Especial - Mat. 10.645

Aprovo,

OMAR GABRIEL HAJ MUSSI
Delegado de Polícia Federal
Diretor de Administração e Logística Policial